



## PROGRAMAÇÃO

### Workshop para Desembargadores Questões controvertidas de Direito Tributário

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell'Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	Até 27 de maio de 2025		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	29 de maio de 2025, das 10:00 às 16:00 horas		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>	Workshop. Curso de capacitação.	<b>CARGA HORÁRIA</b>	4 horas
<b>MODALIDADE</b>	Presencial	<b>Nº DE VAGAS</b>	28
<b>LOCAL</b>	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Desembargadores do TJRJ		
<b>EMENTA</b>	O ITBI e suas atuais discussões: (i) a imunidade de empresas inativas (ii) o tema 1113 e suas repercussões práticas; (iii) O ITBI e o valor para fins de incorporação ao capital social. As execuções fiscais : tema 1184 e questões controvertidas. O ICMS : Tema 633 STF e desdobramentos, o debate sobre o Diferencial de alíquota. Redirecionamento no caso de grupos econômicos.		
<b>OBJETIVO GERAL</b>	O objetivo do workshop é possibilitar a discussão e debate sobre os temas atinentes ao direito tributário com maior impacto e volume nas câmaras de direito público. Assim, ao final do dia os desembargadores terão maior familiaridade com os temas e as controvérsias existentes.		
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>			
<b>COORDENAÇÃO</b>	<b>Flávia Romano de Rezende</b> Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na 17ª Câmara Cível Membro do Fórum permanente de Direito Empresarial. Vice-Presidente do Fórum Permanente de Direito Tributário. Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Possui certificação Formação de Formadores/ENFAM. Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/0225005473081010">http://lattes.cnpq.br/0225005473081010</a>		

	<p><b>Leticia D'Aiuto De Moraes Ferreira Michelli</b>  Juíza de Direito do TJRJ. Pós-graduada em Direito Público e Privado. Mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Formação de Formadores/ENFAM.  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2125008528828474">http://lattes.cnpq.br/2125008528828474</a></p>
<b>DOCENTES</b>	<p><b>Andrea Veloso Correia</b>  Professora convidado da Fundação Getúlio Vargas- FGV-RIO, da Faculdade Mackenzie- Rio, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro- EMERJ e da Escola Superior da Advocacia Pública- PGE/RJ e Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Atua na área do Direito Tributário. Graduação em Direito.  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/3446904779255410">http://lattes.cnpq.br/3446904779255410</a></p> <p><b>Marcos Bueno Brandão da Penha</b>  Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Doutor e Mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ. Mestre em Direito (LLM) pela NYU Law School. Coordenador de Direito Financeiro e Tributário da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP/RJ.  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4652743236280437">http://lattes.cnpq.br/4652743236280437</a></p> <p><b>Alexandre Oliveira Camacho de França</b>  Juiz de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Titular da 11ª. Vara de Fazenda Pública. Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes.  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/5412259220856423">http://lattes.cnpq.br/5412259220856423</a></p> <p><b>Leticia D'Aiuto De Moraes Ferreira Michelli</b>  Juíza de Direito do TJRJ. Pós-graduada em Direito Público e Privado. Mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Formação de Formadores/ENFAM.  Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/2125008528828474">http://lattes.cnpq.br/2125008528828474</a></p>
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<p><b>Horário: das 10:00h às 12:00h</b></p> <p><b>Carga horária: 02h</b></p>	<p><b>TEMA:</b> ITBI e suas atuais discussões: (i) a imunidade de empresas inativas (ii) o tema 1113 e suas repercussões práticas; (iii) O ITBI e o valor para fins de incorporação ao capital social. As execuções fiscais: tema 1184 e questões controvertidas</p> <p><b>Docentes: Andrea Veloso Correia e Leticia D'Aiuto De Moraes Ferreira Michelli</b></p>

<p><b>Horário: das 14:00h às 16:00h</b></p> <p><b>Carga horária: 02h</b></p>	<p><b>TEMA:</b> O ICMS: Tema 633 STF e desdobramentos, o debate sobre o Diferencial de alíquota. Redirecionamento no caso de grupos econômicos.</p> <p><b>Docentes:</b> Marcos Bueno Brandão da Penha e Alexandre Oliveira Camacho de França</p>
--	--

## INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados. Nos cursos na modalidade presencial o AVA será utilizado como repositório dos materiais complementares e para a avaliação final e de reação.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES (cursos em EaD):** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nas aulas presenciais, e nos cursos em EaD: nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo das aulas/módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela frequência nos cursos presenciais (75%) e pela realização das atividades propostas ao longo do curso (nos cursos em EaD), devendo ao

final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.

- 7. DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br